



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

PORTARIA Nº 382, DE 7 DE MAIO DE 2019

Revogada pela [Portaria PGR/MPF nº 101, de 8 de fevereiro de 2023](#)

~~Aprova proposta de implantação do polo de atuação concentrada no âmbito da Procuradoria Regional Eleitoral no Estado do Amapá e de repartição de atribuições entre os escritórios eleitorais especializados, de que trata a Portaria PGR/MPF n. 76, de 7 de fevereiro de 2019.~~

~~A PROCURADORA GERAL DA REPÚBLICA, no exercício de suas atribuições legais e, em especial, nos termos dos artigos 26, inciso XIII, e 75 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993; bem como o artigo 24, VIII, do Código Eleitoral, resolve:~~

~~Art. 1º. A repartição de atribuições entre os escritórios de atuação concentrada em polo junto à Procuradoria Regional Eleitoral no Estado do Amapá é presidida pelo regimento em anexo.~~

~~Art. 2º. Ficam instalados os seguintes escritórios de atuação concentrada em polo junto à Procuradoria Regional Eleitoral no Estado do Amapá (PRE/AP):~~

~~I— Escritório Regional Eleitoral Adjunto;~~

~~II— Escritório de Fiscalização Partidária e Patrimônio Público Eleitoral;~~

~~III— Escritório de Contencioso Eleitoral;~~

~~IV— Escritório de Revisão Eleitoral.~~

~~Art. 3º. Ficam designados os seguintes titulares dos escritórios de atuação concentrada em polo junto à Procuradoria Regional Eleitoral no Estado do Amapá:~~

~~I— RODOLFO SOARES RIBEIRO LOPES— Escritório Regional Eleitoral Adjunto;~~

~~II— LÍGIA CIRENO TEOBALDO— Escritório de Fiscalização Partidária e Patrimônio Público Eleitoral;~~

~~III— CATARINA SALES MENDES DE CARVALHO— Escritório de Contencioso Eleitoral;~~

~~IV — JOAQUIM CABRAL DA COSTA NETO, RODOLFO SOARES RIBEIRO
LOPES E LÍGIA CIRENO TEOBALDO — Ofício de Revisão Eleitoral.~~

~~Art. 4º. A investidura dos titulares dos ofícios de atuação concentrada em polo junto à Procuradoria Regional Eleitoral no Estado do Amapá possui como termo final o encerramento do mandato do atual Procurador Regional Eleitoral.~~

~~Art. 5º. As metas de desempenho e o plano de trabalho do polo de atuação eleitoral junto à Procuradoria Regional Eleitoral estão descritos no Anexo II desta Portaria.~~

~~Parágrafo único. As metas podem ser diferidas em até 90 dias.~~

~~Art. 6º. Essa portaria entra em vigor na data da publicação.~~

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

~~Este texto não substitui o [publicado no DOU, Brasília, DF, 9 maio. 2019. Seção 1, p. 86.](#)~~

ANEXO I

~~REGIMENTO DO POLO DE ATUAÇÃO CONCENTRADA NO ÂMBITO DA PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO ESTADO DO AMAPÁ A PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA, no exercício de suas atribuições legais, e considerando o disposto nos artigos 26, inciso XIII, 75 e 77 da **Lei Complementar nº 75/1993**; artigo 24, VIII, do **Código Eleitoral** e na **Portaria PGR/MPF nº 76, de 7 de fevereiro de 2019**; resolve aprovar o regimento da atuação concentrada em Polo junto à Procuradoria Regional Eleitoral no Estado do Amapá (PRE/AP), fixando seus Ofícios:~~

~~Art. 1º. Os ofícios especializados de atuação concentrada em polo junto ao Ofício da Procuradoria Regional Eleitoral exercem atribuições específicas, sem caráter exclusivo, por investidura em mandato, conferindo trato prioritário e resolução a questões complexas ou de maior especialização, otimizando a eficiência e a efetividade da atuação institucional do Ministério Público Eleitoral.~~

~~Art. 2º. Ficam definidos os seguintes ofícios especializados de atuação concentrada em polo junto ao Ofício da Procuradoria Regional Eleitoral no Estado do Amapá:~~

~~I – Ofício Regional Eleitoral Adjunto;~~

~~II – Ofício de Fiscalização Partidária e Patrimônio Público Eleitoral;~~

~~III – Ofício de Contencioso Eleitoral;~~

~~IV – Ofício de Revisão Eleitoral.~~

~~Art. 3º. O Procurador Regional Eleitoral (PRE) coordena as funções do Ministério Público perante o Tribunal Regional Eleitoral, onde é titular do assento do Ministério Público Eleitoral, e dirige as atividades do setor. Parágrafo único. Na hipótese de vacância dos ofícios, o Procurador Regional Eleitoral indicará ao Procurador Geral Eleitoral o membro que assumirá o ofício até o término do seu mandato.~~

~~Art. 4º. O Procurador Regional Eleitoral Adjunto, em regime de acumulação com seu Ofício original, é titular do Ofício Regional Eleitoral Adjunto, além de substituir o Procurador Regional Eleitoral em seus impedimentos e sucedê-lo no caso de vacância.~~

~~§ 1º O Ofício Regional Eleitoral Adjunto receberá distribuição aleatória à razão de 25% dos novos feitos em relação à distribuição do Ofício do PRE.~~

~~§ 2º. Ao Ofício Regional Eleitoral Adjunto incumbe:~~

~~I – officiar em procedimentos e processos, originários ou em grau recursal, em que se discute filiação partidária, inclusive eventual perda de mandato por desfiliação partidária, alistamento eleitoral, domicílio eleitoral, revisão eleitoral, correição eleitoral e nas representações por doação eleitoral acima do limite;~~

~~II — officiar em procedimentos e processos, originários ou em grau recursal, em que se discute propaganda eleitoral e direito de resposta.~~

~~Art. 5º. Ao titular do Ofício de Fiscalização Partidária e Patrimônio Público Eleitoral, em regime de acumulação com o seu ofício original, incumbe:~~

~~I — zelar pelas contas partidárias, acompanhar a aplicação de recursos públicos destinados aos partidos políticos, officiar nas prestações de contas partidárias, defender o patrimônio público confiado aos partidos políticos e promover a responsabilização pelos ilícitos cometidos na gestão partidária;~~

~~II — fiscalizar o funcionamento das fundações partidárias e o cumprimento de seus exclusivos fins estatutários;~~

~~III — acompanhar os conflitos intrapartidários, cuidando para sua pronta solução por meio de conciliação, mediação ou arbitragem;~~

~~IV — promover o desenvolvimento da democracia intrapartidária e zelar pela representação dos grupos vulneráveis nos órgãos de direção partidária;~~

~~V — zelar pelo funcionamento regular dos partidos políticos, pela promoção da democracia intrapartidária e pela excepcionalidade e transitoriedade de órgãos partidários provisórios;~~

~~VI — acompanhar as convenções partidárias nas eleições gerais e a regularidade de seus registros na Justiça Eleitoral.~~

~~Art. 6º. Ao titular do Ofício de Contencioso Eleitoral, em regime de acumulação com o seu ofício original, incumbe:~~

~~I — officiar em procedimentos e processos, originários ou em grau recursal, de natureza eriminal;~~

~~II — acompanhar, junto aos Promotores Eleitorais e às Polícias Federal e Civil, as investigações em curso, respeitando a independência funcional do membro do Ministério Público e buscando otimizar a eficiência e a efetividade da atuação institucional do Ministério Público Eleitoral.~~

~~Art. 7º. Aos membros do Ofício de Revisão Eleitoral, que atuarão de forma colegiada, sob a coordenação do Procurador Regional Eleitoral, seu titular, e em regime de acumulação com suas demais funções, incumbe:~~

~~I — proceder à revisão das promoções de arquivamento;~~

~~II — proceder à revisão das decisões de declínio de atribuição;~~

~~III — dirimir os conflitos de atribuição no âmbito da respectiva unidade da federação;~~

~~IV — acompanhar, em conjunto com a Procuradoria Geral Eleitoral, a implementação de medidas de aperfeiçoamento do sistema eleitoral;~~

~~————— V — manter permanente contato e intercâmbio com entidades públicas e privadas que se dediquem direta ou indiretamente à promoção, à proteção, à defesa ou ao estudo dos direitos, bens, valores ou interesses da democracia e dos sistemas eleitorais;~~

~~————— VI — promover a integração e o intercâmbio entre os Procuradores Regionais Eleitorais, Procuradores Eleitorais e Promotores Eleitorais;~~

~~————— VII — remeter à Procuradoria Geral Eleitoral os relatórios anuais de estatística e resultados;~~

~~————— VIII — encaminhar à Procuradoria Geral Eleitoral os recursos interpostos de suas decisões;~~

~~————— IX — postular uniformização de entendimento à Procuradoria Geral Eleitoral quando ocorrer divergência com decisões de órgãos de atuação estratégica e revisão de outra unidade da federação.~~

~~————— § 1º O Ofício de Revisão Eleitoral é titularizado pelo Procurador Regional Eleitoral, pelo Procurador Regional Eleitoral Adjunto e pelo titular do Ofício de Fiscalização Partidária e Patrimônio Público Eleitoral.~~

~~————— § 2º As deliberações do Ofício de Revisão Eleitoral são colegiadas, por maioria simples, observando-se o quórum presencial mínimo de dois membros de sua composição.~~

~~————— § 3º O titular do Ofício Contencioso Eleitoral é suplente dos titulares do Ofício de Revisão Eleitoral e pode ser convocado pelo Procurador Regional Eleitoral nos casos de impedimento ou de afastamento simultâneo que impossibilite o quórum mínimo do colegiado.~~

~~————— Art. 8º. O plantão junto ao Tribunal Regional Eleitoral, quando necessário, ocorre preferencialmente por revezamento, em escala previamente divulgada pelos titulares dos órgãos especializados regulados neste ato e pelo Procurador Regional Eleitoral.~~

~~————— Art. 9º. Nos períodos de afastamento e nas hipóteses de impedimento e suspeição de titular de um dos órgãos especializados, os feitos vinculados ao órgão serão distribuídos ao Procurador Regional Eleitoral e ao Procurador Regional Eleitoral Adjunto, conforme a regra do art. 4º, § 1º. § 1º Os titulares dos órgãos especializados regulados nos arts. 5º e 6º funcionam como substitutos eventuais do Procurador Regional Eleitoral, nos casos de impedimento, suspeição ou afastamento simultâneo com o Procurador Regional Eleitoral Adjunto.~~

~~————— § 2º Os titulares dos órgãos especializados ajustarão entre si as respectivas escalas de férias e outros eventuais afastamentos.~~

~~————— § 3º Na hipótese de vacância dos órgãos especializados, caberá ao PRE acumular o referido órgão enquanto não houver nova designação.~~

~~Metas e resultados planejados dos órgãos especializados do Polo Eleitoral junto à Procuradoria Regional Eleitoral no Estado do Amapá Metas e resultados planejados para o Ofício de Fiscalização Partidária e Patrimônio Público Eleitoral:~~

~~1. Acompanhar a efetividade das ações de cobrança/execução decorrentes de julgados exarados em processos de prestação de contas, articulando iniciativas e estratégias perante a Advocacia Geral da União e Procuradoria da Fazenda Nacional para agilizar tais medidas, mantendo atualizados Procedimentos Administrativos de Acompanhamento para tal finalidade.~~

~~2. Ampliar a articulação com os partidos políticos e organismos da sociedade civil, com foco na orientação preventiva e na discussão de temas relevantes, envolvendo a gestão de recursos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, sobretudo quanto:~~
~~a) à aplicação dos recursos destinados ao financiamento de campanhas femininas; b) ao cumprimento das sanções judiciais aplicadas pela não observância dos parâmetros legais de investimento de recursos para a promoção das mulheres na política; c) à distribuição equitativa dos recursos partidários entre os diretórios nacionais, estaduais e municipais, mantendo atualizados Procedimentos Administrativos de Acompanhamento para tal finalidade.~~

~~3. Avaliar os estatutos e as deliberações dos partidos políticos destinadas a assegurar a participação das mulheres na política, expedindo recomendações ou orientações.~~

~~4. Avaliar o nível de transparência dos partidos políticos, expedindo recomendações ou orientações.~~

~~5. Avaliar a regularidade da implantação de órgãos provisórios pelos partidos políticos, mantendo atualizados Procedimentos Administrativos de Acompanhamento para tal finalidade.~~

~~6. Propor à Procuradoria Geral Eleitoral alterações no disciplinamento de temas relacionados à prestação de contas, objeto das resoluções a serem baixadas pelo TSE;~~

~~7. Realizar reuniões com o TRE para fomentar a celeridade das avaliações promovidas pelos órgãos técnicos no âmbito dos processos judiciais de prestação de contas.~~

~~8. Conferir prioridade e celeridade aos feitos judiciais que tenham por objeto prestação de contas partidária de exercício financeiro e de campanha eleitoral, mantendo o tempo médio de permanência dos autos em até 30 dias.~~

~~9. Registrar estatística de fluxo de autos do Ofício. Metas e resultados planejados de atuação para o Ofício de Contencioso Eleitoral:~~

~~1. Levantar o número de inquéritos tendo por objeto crimes eleitorais em curso nas unidades da Polícia Federal no Estado, bem como daqueles cuja investigação se encontre a cargo da Polícia Civil, buscando agilizar a sua conclusão, mediante articulação e definição de prioridades com as respectivas Promotorias de Justiça e órgãos de segurança.~~

~~2. Identificar os inquéritos e ações penais vinculados ao TRE cuja investigação alcance autoridade detentora de foro por prerrogativa de função, a fim de promover eventual declínio, com base na vigente orientação jurisprudencial do STF.~~

~~3. Identificar ações penais em curso na Justiça Eleitoral a fim de empreender gestões perante o TRE e Promotorias Eleitorais no sentido de conferir prioridade e celeridade no julgamento dos feitos.~~

~~4. Identificar ações eleitorais de competência originária do TRE, adotando providências em prol da celeridade dos feitos e, quando necessário, produzir memoriais ou realizar audiências.~~

~~5. Conferir prioridade e celeridade aos feitos judiciais do Ofício, mantendo o tempo médio de permanência dos autos em até 30 dias.~~

~~6. Registrar estatística de fluxo de autos do Ofício.~~

~~Metas e resultados planejados para o Ofício de Revisão Eleitoral:~~

~~1. Atuar junto às Promotorias Eleitorais e aos Centros de Apoio Operacional Eleitoral, visando ao alinhamento de diretrizes institucionais e à celeridade na tramitação de Notícias de Fato/Procedimentos Preparatórios Eleitorais em tramitação no âmbito zonal, registrando diretrizes e orientações acordadas.~~

~~2. Propor à Procuradoria Geral Eleitoral alterações no disciplinamento de temas relacionados à prestação de contas, objeto das resoluções a serem baixadas pelo TSE.~~

~~3. Identificar medidas a serem propostas à Procuradoria Geral Eleitoral, sobretudo de natureza preventiva e estrutural, a serem implementadas para assegurar efetividade nas ações de fiscalização e controle do processo eleitoral.~~

~~4. Adotar medidas tendentes a garantir que as eleições se desenvolvam de forma legítima e dentro da normalidade, em articulação com a Procuradoria Geral de Justiça, Promotorias Eleitorais, Tribunal Regional Eleitoral, Tribunal de Justiça e demais órgãos da União, Estado e municípios, particularmente da área de fiscalização e segurança pública.~~

~~5. Rever os atos normativos em vigência, para fins de aperfeiçoamento, e subsidiar a confecção de novas portarias/instruções destinadas a orientar/uniformizar o trabalho das Promotorias Eleitorais.~~

~~6. Conferir prioridade e celeridade aos procedimentos extrajudiciais do Ofício, mantendo o tempo médio de permanência dos autos em até 30 dias.~~

~~7. Registrar estatística de fluxo de autos do Ofício.~~

~~Metas e resultados planejados para o Ofício Regional Eleitoral Adjunto:~~

~~1. Conferir prioridade e celeridade aos procedimentos e feitos judiciais, originários ou em grau recursal, que tenham por objeto: a) a discussão de filiação partidária, inclusive eventual perda~~

~~de mandato por desfiliação partidária; b) alistamento eleitoral; c) domicílio eleitoral, revisão eleitoral e correção eleitoral; d) doação eleitoral acima do limite normativo, mantendo atualizados Procedimentos Administrativos de Acompanhamento para tal finalidade.~~

~~————— 2. Identificar procedimentos e processos, originários ou em grau recursal, em que se discute propaganda eleitoral e direito de resposta de modo a conferir prioridade e celeridade e, quando necessário, produzir memoriais ou realizar audiências.~~

~~————— 3. Conferir prioridade e celeridade aos feitos judiciais do Ofício, mantendo o tempo médio de permanência dos autos em até 30 dias.~~

~~————— 4. Registrar estatística de fluxo de autos do Ofício.~~